

do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Poderá ser apresentado na Secção de Administração Geral da Câmara Municipal de Arganil ou remetido através do correio, com registo e aviso de recepção. Deverá ser elaborado em papel branco, de formato A4 e conter nome, estado civil, profissão e residência do requerente, identificação completa do concurso ao qual pretende a admissão, com indicação do respectivo aviso de abertura. É dispensada a apresentação de documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão ao concurso, bastando a declaração relativa à sua satisfação, pelo requerente e sob compromisso de honra, no próprio requerimento. Deverá ser anexado ao requerimento de admissão, sob pena de exclusão, fotocópia do bilhete de identidade, contribuinte, currículo profissional detalhado, datado e assinado, bem como declaração do serviço de origem da qual conste a natureza do vínculo, a categoria, a antiguidade na mesma e as classificações de serviço respeitantes a esse período. Os funcionários do município de Arganil estão dispensados da apresentação da declaração anteriormente referida.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, o presente recrutamento foi antecedido, através de consulta à bolsa de emprego público (pedido n.º 6220), pela verificação da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da CRP, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

6 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Pereira Alves*.

2611022292

CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA

Aviso n.º 11 248/2007

Torna-se público, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública, pelo período de 15 dias, decorridos 8 dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o pedido de licenciamento das alterações ao projecto de loteamento com o alvará n.º 5/2003, sito em Vale de Lameiro, freguesia de Escariz, concelho de Arouca, promovido por Rocha, Santos & Azevedo, L.^{da}, que incide sobre o lote 8.

Finalidade do pedido — construção de anexo com a área de 6,51 m². Durante o período da discussão pública, podem os interessados consultar o respectivo processo, bem como apresentar, por escrito, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, junto da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, Praça do Município, 4544-001 Arouca.

11 de Junho de 2007. — A Chefe de Divisão, no uso da competência delegada, *Eliane Marques Amaral*.

2611022122

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aviso n.º 11 249/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 27 de Abril de 2007, concedi licença sem vencimento de longa duração ao funcionário desta Câmara Manuel Barbosa Miranda, com a categoria de operário principal (jardineiro), com início em 7 de Junho de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Reis*.

2611022116

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS

Aviso (extracto) n.º 11 250/2007

Renovação de contrato de trabalho

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 27 de Dezembro de 2006, exarado na informação n.º 103/2006, DAF/SPEGA, de 28 de Dezembro, autorizei a renovação, pelo período de um ano, do contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado em 13 de Dezembro de 2004 com Maria de Lurdes da Silva Torrado, como auxiliar de acção educativa, escalão 1, índice 142, do NSR.

6 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Pica Tereno*.

2611022226

Aviso (extracto) n.º 11 251/2007

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torno público que, pelo meu despacho n.º 30/P/2007, de 2 de Maio, autorizei a contratação, a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início em 2 de Maio de 2007, ao abrigo e nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, de João Frederico Bossa Garcia Cordeiro para o lugar de técnico superior de 2.ª classe, arquitecto, escalão 1, índice 400, do NSR.

8 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Pica Tereno*.

2611022223

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 11 252/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior assessor principal, arquitecto

Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, de harmonia com o meu despacho de 6 de Junho de 2007, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior assessor principal, arquitecto, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro privativo desta Câmara Municipal, remunerado pelo índice 710 da escala indiciária para as carreiras de regime geral da função pública, actualmente no valor de € 2319,93.

Para efeitos de recrutamento, foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial nos termos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral da Administração Pública emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

1 — Tipo de concurso — interno de acesso geral, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

2 — Vaga a preencher — para preenchimento de um lugar do grupo de pessoal técnico superior, carreira de arquitecto, categoria de técnico superior assessor principal.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido pelo prazo de três meses a contar da data da publicação do presente aviso.

4 — Composição do júri:

Presidente — Carlos António Pinto Coutinho, vice-presidente da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Miguel António Duarte Cardia, vereador em regime de permanência, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Mário Jorge Cardoso Barcelos, director do Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos.

Vogais suplentes:

Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, chefe de divisão municipal de Gestão de Recursos Humanos.

Luís dos Anjos Corado, director do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro.

5 — Condições de admissão — o recrutamento para técnico superior assessor principal faz-se de entre técnicos superiores assessores com pelo menos três anos de serviço na respectiva carreira e classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Descrição de funções — as funções são as descritas no despacho n.º 6871/2002, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 3 de Abril de 2002 — exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, concepção e aplicação de métodos e processos inerentes à sua qualificação profissional, nomeadamente nos seguintes domínios de actividade: concepção e projecção de conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objectos; elaboração de informações relativas a processos na área da respectiva especialidade; colaboração na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários e coordenação e fiscalização na execução de obras.

7 — Candidaturas:

7.1 — Prazo — devem ser entregues até ao 10.º dia útil a contar da data da publicação do aviso de abertura no *Diário da República*.